



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

HISTÓRIA ECONÔMICA GERAL E ECONOMIA INTERNACIONAL

Das crises cíclicas à crise estrutural do capital

From cyclical crises to the structural crisis of capital

Carlos Alberto Cordovano Vieira; Instituto de Economia da Universidade Estadual de
Campinas (IE-UNICAMP); cordovanovieira@gmail.com

Resumo: O presente trabalho procura examinar a passagem das crises cíclicas, por meio das quais o capitalismo se desenvolveu no curso de sua história, ao limiar da década de 1970, quando seu desenvolvimento engendrou uma crise estrutural.

Palavas-chave: Capitalismo. Crise. Marx. Mészáros

Abstract: This paper discusses the passage from cyclical crises to the contemporary structural crisis of capital

Key-words: Capitalism. Crisis. Marx. Mészáros

Introdução

O presente trabalho procura examinar a passagem das crises cíclicas, por meio das quais o capitalismo se desenvolveu no curso de sua história, ao limiar da década de 1970, quando o paroxismo de seu próprio desenvolvimento engendrou uma crise estrutural. No exame das crises cíclicas, partimos das pistas polissêmicas deixadas pela obra inacabada de Marx, sugerindo que ali também se encontra uma chave para se perscrutar a crise contemporânea e os limites históricos do capital. Entre o século XIX e o século XXI, o debate clássico em torno do imperialismo no século XX nos ajuda a captar novos padrões de concorrência e a tendência ao agravamento das crises. No exame da crise estrutural, tomamos como eixo a tese do filósofo húngaro István Mészáros, procurando lastrear suas formulações abstratas com algumas observações



empíricas. Nas considerações finais, procuramos estabelecer parâmetros que permitam problematizar os contornos gerais de possíveis soluções.

Crisis cíclicas

Marx elaborou sua crítica da economia política numa época em que o processo de formação do capitalismo, uma vez removidos os óbices remanescentes do passado, já se havia consumado, e, sobre a estrutura técnica da Primeira Revolução Industrial, se expandia da Inglaterra para o resto da Europa, na esteira das ferrovias. Deste ponto de observação privilegiado, pôde compor sua crítica, tomando pela raiz os fundamentos desse novo modo de produção, captando sua dinâmica essencialmente contraditória. No que concerne às crises, chegou a duas conclusões cruciais: estas não eram fenômenos episódicos, mas necessidades constitutivas do próprio movimento contraditório do capital; também não eram o resultado de choques desse mesmo movimento contra obstáculos que lhe fossem exteriores, posto que, em seu pleno desenvolvimento, o capital tendia a subordinar todas as esferas da vida e constituía-se como o limite de si próprio.

Se a *differentia specifica* deste modo de produção residia no desiderato da valorização do capital em detrimento da satisfação das necessidades humanas, da expansão do valor em detrimento do valor de uso, enfim, da criação da mais-valia como fim em si, é compreensível que, desde as formulações mais paradigmáticas da economia política, a preocupação com a possibilidade de interrupção do circuito de valorização recaísse sobre a centralidade das oscilações das taxas de lucro. Com efeito, numa época em que ainda não se haviam estabelecido as sinergias entre uma indústria de ferro e carvão, a fabricação de máquinas a vapor, as ferrovias e a expansão dos mercados, a indústria nascente experimentava os efeitos periódicos da concorrência que redundavam em pressões sobre as taxas de lucro, cujos limites se chocavam contra salários nominais, estes condicionados por estreitos monopólios sobre o comércio dos gêneros agrícolas e que não podiam ser reduzidos – embora fossem – sem provocar ebulições sociais. Era compreensível que se buscasse a causa das crises desde fora do sistema econômico.¹ Mas as crises de que Marx fora testemunha, nas décadas de 1850, 1860 e 1870, eram produto já de um capitalismo que se espalhava pela Europa por força das ferrovias, da

¹ Ver: Eric Hobsbawm (1994).



indústria do ferro e do carvão, sob pronunciada presença do capital portador de juros, perturbado pelo funcionamento de suas próprias engrenagens e que, ao mesmo tempo, encontrava caminhos de superação no bojo de suas próprias tendências expansivas.² Deste ponto de vista, mais paradigmática foi a depressão de 1873 cujo desfecho Marx não viu. Nesse momento, a resposta expansiva do capital se consubstanciou numa nova onda de transformações das estruturas técnicas, que culminou na Segunda Revolução Industrial e, como consequência de longo prazo, em deslocamentos do centro hegemônico do capitalismo mundial.³

No entanto, como se sabe, *O Capital* ficou como obra inacabada, sem que se expusesse ali uma elaboração sintética e definitiva sobre o problema das crises. Estas constituem, entretanto, um tema onipresente em cada passagem, em cada dimensão das determinações do capital, tomando diferentes formas conforme o nível de abstração em causa, resultando numa polissemia que se tornou objeto de intrincadas discussões nos campos da economia política e da cultura marxista.⁴ Diante das várias formulações sobre as crises contidas n'*O Capital*, que, por vezes, podem aparentemente contrapor-se reciprocamente, diferentes vertentes interpretativas tendem a sublinhar um ou outro tipo de crise como o que melhor haveria de se coadunar com o que se entende ser, conforme as interpretações, o espírito mais fundamental da obra de Marx. Optando-se por um ou outro tipo de crise, muitas vezes, relega-se os outros a um plano secundário ou mesmo se lhes nega pertinência. Outros exercícios procuram caminhos que permitam combinar, n'algum tipo de síntese, as diversas formulações. Tudo isso no interior de uma vasta cultura que, partindo de Marx, pode se pretender, conforme o caso, eclética ou ortodoxa e que, de resto, procura responder a fenômenos concretos em tela ao longo da história. Naturalmente, o enigma não é fácil.

Desde logo, admite-se que a forma mercadoria contém em si a possibilidade da crise. A contradição entre valor de uso e valor, base das contradições que se desdobram no curso do desenvolvimento das formas do capital, a separação no tempo e no espaço dos momentos da troca, posta pela existência do dinheiro, implica na possibilidade de que todo o circuito mercantil seja interrompido num de seus elos, sempre que a passagem do dinheiro à mercadoria não se realize. Vale dizer: uma quantidade de dinheiro que

² Ver: Eric Hobsbawm (1988a).

³ Ver: Eric Hobsbawm (1988b).

⁴ Karl Marx (1988).



deveria ser posta em circulação foi retirada do mercado e um consumo que deveria ser realizado não se realizou, comprometendo toda a cadeia de trocas. Mas tão logo se passe da circulação simples de mercadorias ao capital, a crise, de mera possibilidade, converte-se em momento constitutivo e necessário, o meio mesmo através do qual o capital se move e se desenvolve. Aqui, o parâmetro que regula a interrupção do processo de acumulação não é o entesouramento arbitrário, mas, sim, o movimento das taxas de lucro, este determinado pelas condições da própria reprodução capitalista. No entanto, a polissemia se instala tão logo se busquem tais determinações e o debate se estende por teorias para todos os gostos que recaem sobre as desproporções, o subconsumo, a superacumulação, a tendência à queda da taxa de lucro, a pressão dos salários.

A perspectiva da crise de desproporção nos parece ociosa. Com efeito, se a perspectiva de uma economia fundada em decisões atomizadas que produza como regra geral a desproporção está presente em Marx – naturalmente subjacente à abstração dos esquemas de reprodução –, também é certo que esteja presente uma perspectiva segundo a qual o mercado possa encadear movimentos corretivos. A desproporção é o próprio mecanismo de ajuste. Não deixa de ser, portanto, sintomático o fato de que essa leitura da crise tenha tido a predileção dos revisionistas, tanto mais porque à época se apostava na capacidade corretiva do Estado ou dos próprios oligopólios, cuja política haveria, segundo eles, de organizar o atomismo. Em suma, embora toda a crise possa tomar a forma de uma desproporção, não deriva daí uma crítica pela raiz ao capitalismo.⁵ No entanto, se a desproporção em causa referir-se à desproporção entre os dois departamentos, o que ocorre sempre que houver uma elevação abrupta da composição orgânica do capital, a queda das taxas de lucro no departamento produtor de meios de consumo não será propriamente compensada por uma elevação das taxas de lucro no departamento produtor de meios de produção, mas, ao contrário, poderá comprometer uma parte da procura inclusive junto a este último departamento. Nesse caso, a crise de desproporção se desdobra em crise generalizada, transmutando-se em subconsumo⁶.

⁵ É curioso que essa perspectiva presida a leitura da crise de Rudolf Hilferding (1985) em capítulos que contrastam com a agudeza das críticas contidas no livro, mas se coadunam com sua conversão posterior ao revisionismo.

⁶ Ver: Maurice Dobb (1978).



Na passagem da circulação simples ao capital põe-se em causa o primado da expansão do valor sobre o valor de uso, da valorização do capital sobre as necessidades humanas, do dinheiro como fim em si. De resto, é sintomático que somente nessa forma social a crise, qualquer que seja sua determinação, tome a forma, não necessariamente da escassez, mas da superprodução – e que sua resolução envolva uma destruição, n'alguma medida, da produção em excesso. Mas “excesso” em relação a quê? Preliminarmente, pode-se considerar que todas as sociedades supõem a existência de seres humanos vivos e, portanto, algum nível de intercâmbio com a natureza e alguma produção voltada à satisfação de necessidades concernentes à reprodução da vida. Chega a ser quase uma platitude que a produção deva ter o consumo como finalidade e como tal não deixou de reverberar no campo do marxismo. Mas aqui, ela se choca com outra, tão forte quanto, a de que, nessa forma social específica, as relações se subvertem e o primado da valorização se traduz na perspectiva de uma produção pela produção, à revelia das necessidades humanas.

No limite, o confronto de tais posições contrastantes pode tomar a forma de uma polarização extrema entre perspectivas como as de Rosa Luxemburgo (1985), que propugnam a inviabilidade mesmo do capitalismo sem um suporte de formas pré-capitalistas que suprissem as insuficiências supostamente absolutas da demanda; e outras, como a de Tugan-Baranovski, que, num exercício formal, chega à conclusão de que a produção pela produção – a produção de maquinaria com vistas à produção de maquinaria, produção de aço para produção de aço e assim por diante – por si seria capaz de sustentar uma acumulação que prescindisse do próprio consumo. Nessas duas tendências polares o que se perde é justamente a contradição. Contradição entre uma produção em geral que deve garantir a subsistência de seu substrato humano e seu caráter especificamente capitalista que subordina as necessidades humanas aos desígnios do capital e da criação de mais-valia. Lênin (1982) – que, note-se, escrevera contra o subconsumismo dos narodniks – observou que atestar uma contradição não é o mesmo que atestar uma impossibilidade; ao contrário: o modo de produção capitalista não somente é possível como, ao mesmo tempo, não pode se mover sem engendrar contradições em todos os níveis.⁷ Na tradição subconsumista, que, no mais das vezes, tende a supor, sem qualificações, o consumo como finalidade em última instância da

⁷ Ver também Nikolai Bukharin (1974).



produção, Paul Sweezy (1973) procurou oferecer um tratamento que contemplasse, nos seus termos, essa questão. O problema não seria o subconsumo em si, mas a contradição entre o consumo como finalidade última de toda a produção e o primado da acumulação sob o capitalismo.

Para Sweezy, é a expansão máxima da produção, com a canalização da mais-valia para a acumulação, na base de um nível de consumo congenitamente restrito pela exploração, que culmina numa superprodução em relação ao consumo. A tendência à expansão da produção de meios de consumo além da possibilidade de absorção pelo mercado tomaria a forma, ou de uma crise de realização em que uma produção efetiva redundasse numa queda dos preços, ou de uma estagnação traduzida numa elevação da capacidade ociosa. Se a expansão da mais-valia supõe sua canalização progressiva em níveis proporcionalmente maiores à expansão do capital constante em relação ao capital variável, à custa, pois, do consumo de capitalistas e trabalhadores, de outro lado, há uma espécie de relação “técnico-econômica” que regula os estímulos à produção de meios de consumo vinculada à própria expansão dos meios de produção.⁸ Nesse caso, para Sweezy, porque a expansão dos meios de produção contém em si, por razões “técnico-econômicas”, estímulos à produção de meios de consumo, esta, com a canalização da mais-valia ao capital constante, tenderá a superar a capacidade de consumo. Mas posto que isso significa, também, a produção de meios de produção excessivos em relação à necessidade do departamento produtor de meios de consumo, o subconsumo poderá tomar a forma de desproporção e superprodução. A preeminência dessa forma de crise sobre as outras e seu desdobramento em depressão crônica dependeriam de que forças contra-arrestantes declinassem com o tempo.⁹

No entanto, a superprodução também pode ser vista, não em contraste com as necessidades de consumo, mas como superprodução de valor a ser destinado à expansão do próprio valor. Ou, visto em sua materialidade, como superprodução de mercadorias que devem constituir-se como os elementos materiais do capital constante e do capital

⁸ Sweezy utiliza a expressão “técnico-natural”; a nosso juízo a expressão “técnico-econômica” utilizada por Nikolai Bulharin (1974) nos parece mais adequada.

⁹ Sweezy crê nisso, embora sua leitura, muito referida ao capitalismo maduro do pós-guerra, merecesse hoje reparos. A criação de novas frentes desvinculadas da expansão da produção de meios de consumo por certo foi subestimada. A redução dos gastos públicos caminhou contra as previsões de Sweezy, embora isso tendesse, de todo o modo, a corroborar sua tese geral. Os gastos improdutivos de fato foram potencializados, mas também o foram seus traços destrutivos – tema que enseja outras implicações e que discutiremos adiante.



variável; uma quantidade excessiva de mercadorias que, dada uma determinada taxa de lucro, não poderá ser consumida, no processo de acumulação, enquanto substratos materiais do capital constante e variável. Tratar-se-ia, pois, de um valor excessivo que, tendo sido produzido, não poderá ser reintroduzido no processo de acumulação a uma dada taxa de lucro. Nesse sentido, entende-se toda a produção capitalista, em seu sentido determinado, como produção de capital, produção de mercadorias que não são outra coisa que elementos materiais do capital constante e do capital variável – sendo o capitalismo plenamente constituído produção de capital, pelo capital e para o capital. Assim, portanto, o fenômeno da crise tomaria a forma, não do subconsumo, mas da superacumulação de capital diante de uma redução da taxa de lucro. Portanto uma crise que redunde em desvalorização do capital, em destruição do capital excessivo mediada pela concorrência. Esta perspectiva retira a centralidade do consumo das massas – este tomado como um dado do próprio capital – deslocando-a para o investimento. A dinâmica do investimento capitalista responderia pela produção excessiva de capital e por sua interrupção, conforme o movimento das taxas de lucro.¹⁰

Na contenda em torno das citações canônicas que perpassam toda a polissemia desta obra inacabada, é possível encontrar em Marx (1988), tanto passagens que criticam o subconsumo como núcleo das crises quanto outras, que lhe reservam algum estatuto, pelo menos, como uma das dimensões do fenômeno, esta concernente ao problema da realização da mais-valia e, portanto, à órbita da circulação. No entanto, um estatuto mais central terão as determinações que atingem a esfera da produção da mais-valia. Aqui, revelam-se as determinações subjacentes que, no plano da circulação, condicionarão também a própria capacidade de consumo das massas. Na *lei geral da acumulação*, Marx mostra a complexidade do capitalismo plenamente constituído, cujos encadeamentos vão muito além de uma pressão ricardiana unilateral dos salários sobre os lucros, sem com isso renegar o que havia de seminal nessa contribuição, a saber, o conflito latente entre as classes sociais e sua centralidade na reprodução do capital. Posto que a disponibilidade de força de trabalho não respondesse mais ao ritmo da desapropriação no campo ou a movimentos demográficos, ou seja, que tais limites exteriores ao capital houvessem sido já subordinados a sua dinâmica, a oferta de força de trabalho seria determinada pelas próprias condições da acumulação. A elevação da

¹⁰ Para esta perspectiva, ver: Frederico Mazzucchelli (2004).



composição orgânica do capital cumpria o seu desígnio de tornar o trabalho redundante e de reduzir a pressão sobre os salários, criando o exército de reserva a ser prontamente reabsorvido pelo sistema, tão logo as novas estruturas técnicas se espaliassem horizontalmente. No momento em que tal reabsorção levasse ao limiar de uma escassez de força de trabalho e, pois, a um agravamento das pressões sobre os salários, uma nova elevação da composição orgânica teria curso e as condições de lucratividade seriam repostas.

Ao contrário da suposição neoclássica de um mercado de força de trabalho que se equilibrasse *ceteris paribus* em função do vai e vem dos preços – com seu corolário cínico da teoria do desemprego voluntário –, temos aqui um jogo de oferta e procura em que as condições de abundância ou escassez da mercadoria força de trabalho são determinadas pelo próprio capital, de modo a garantir as condições de sua reprodução a uma dada taxa de lucro. Se é certo que, nas conjunturas de crescimento da “renda”, é possível, conforme as condições da distribuição, que se supere a antinomia ricardiana e que lucros e salários subam juntos, também é certo que o capital se move através de crises permanentes e que, nas conjunturas em que as taxas de lucro estejam comprometidas, o conflito entre lucros e salários retorne à superfície. Ora, se os quase trinta anos não tão gloriosos – para a periferia certamente não – testemunharam, sob os arranjos institucionais muito específicos das décadas de 1950 e 1960, uma melhoria das condições de vida de trabalhadores estadunidenses, europeus e japoneses, também é certo que, revertida a conjuntura, e estilhaçadas as condições históricas que possibilitaram a vitória momentânea do reformismo, a crise que se estende desde a década de 1970 fez terra arrasada das conquistas dos trabalhadores do pós-guerra. De qualquer modo, essas oscilações cíclicas das taxas de lucros e salários, de debilitação e recomposição das condições da acumulação, mediadas por uma tendência férrea à elevação da composição orgânica do capital, conformam as bases sobre as quais, ao nível da órbita da produção, se sucedem as crises cíclicas.¹¹

No entanto, a elevação da composição orgânica do capital põe em causa outros problemas. Naturalmente, no capitalismo maduro, todas as hipóteses preliminares da reprodução simples e da reprodução ampliada com composição orgânica constante são

¹¹ Para uma vertente que situe essa variante no centro da interpretação das crises, ver: Maurice Dobb (1978).



suspensas, para se examinar a dinâmica de um modo de produção que efetivamente não pode existir sem revolucionar permanentemente as condições da própria produção. Desde logo, porquanto seja a taxa de lucro a razão entre a mais-valia e o capital total, em suas partes constante e variável, a mesma deverá declinar sempre que se verificar uma elevação da composição orgânica em relação à taxa de mais-valia. Naturalmente, trata-se, nesse nível de abstração, de uma tendência a ser contrastada com forças contra-arrestantes, nomeadamente, o aumento da exploração do trabalho, o rebaixamento dos salários em relação ao valor da força de trabalho, o barateamento dos elementos do capital constante, a pressão sobre os salários em virtude de uma superpopulação relativa, a exportação de capital e o comércio exterior, ou as maquinações bursáteis do capital acionário. Assim, não se trata de uma predição mecânica que se realizasse de modo inexorável; trata-se, sim, de um jogo de forças contrárias entre si, sem que se possa estabelecer *a priori* qual delas deva prevalecer. O que conforma uma instabilidade crônica, por meio da qual o sistema se move.

Mas é mais que isso. No capítulo da *lei geral*, Marx, tendo descrito o movimento cíclico de óbices e estímulos à acumulação, também sublinhou as tendências de longo curso desse movimento, inscritas nos processos de concentração e centralização do capital, correlatos à redundância do trabalho, que se condensam na contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da propriedade. Trata-se, portanto, de se perguntar em que medida Marx traspassou a noção de crises cíclicas, em suas múltiplas determinações, e caminhou para a ideia de um limiar a partir do qual as contradições, as barreiras, se convertessem num limite definitivo desse modo de produção. Com efeito, as desproporções, o subconsumo, a superacumulação, a queda tendencial da taxa de lucro revelam contradições em diversos momentos do desenvolvimento das formas do capital, nos diversos níveis de abstração da exposição, conformando, pois, as múltiplas determinações do concreto. E, como tais, constituem o mecanismo mesmo do movimento do capital, que somente pode realizar-se em meio às crises – estas emergindo ou não à superfície, conforme as conjunturas cíclicas. Nesse sentido, possuem um caráter determinado cuja natureza somente pode ser apreendida com a análise de cada caso concreto. No entanto, a nosso juízo, Marx examinou, sim, uma contradição fundamental à luz da qual a crise pode tomar o caráter, não necessariamente de um *derrumbe*, mas de um estado crítico crônico. Por certo, esta não era a tendência



na época de Marx e mesmo na época do debate clássico em torno do imperialismo, em que, sob a sombra da guerra, as teses sobre a crise final se edificaram com mais vigor. Mas esta tendência de longo curso identificada, sim, por Marx, pode ser fecunda para explicar traços fundamentais da crise contemporânea em suas especificidades. No estudo sobre o capital fixo contido nos *Grundrisse*, a propósito das implicações mais fundamentais da elevação da composição orgânica do capital, Marx descreve um quadro em que o capital constante crescera em relação ao capital variável numa magnitude tal que este se tornara ínfimo diante daquele; e que, o desígnio de elevação da mais-valia relativa por meio do progresso técnico teria levado a uma redução absoluta da base sobre a qual se produz o valor e, pois, a própria mais-valia. O paroxismo do trabalho redundante, muito embora visasse o crescimento da mais-valia relativa, teria reduzido o trabalho vivo em face dos meios de trabalho a tal ponto que se comprometeria a própria criação de valor e, portanto, da mais-valia. Trata-se, aqui, não somente da dinâmica contraditória do capital, mas do limite mesmo da forma mercadoria, dinheiro, trabalho assalariado e, pois... do próprio capital. Tudo isso tornado anacrônico. Sem que se propusesse um encadeamento mecânico e predeterminado quanto a uma eventual transição a outro modo de produção, a socialização, enquanto subordinação da estrutura técnica em favor de desígnios humanos – e de seu tempo livre! –, se põe como necessidade para plena realização dos seres humanos, num estado de crise permanente.¹²

Agravamento das crises

¹² (...) o valor objetivado na maquinaria aparece, ademais, como um pressuposto, diante do qual o poder valorizador da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno (...). (...) o tempo de trabalho (...) é reduzido tanto quantitativamente a uma porção insignificante, quanto qualitativamente como um momento ainda indispensável, mas subalterno frente ao trabalho científico geral, à aplicação tecnológica das ciências naturais, de um lado, bem como à força produtiva geral resultante da articulação social na produção total (...). *O capital trabalha, assim, pela sua própria dissolução como forma dominante da produção.* (Karl Marx, 2011, p. 581-583 – grifos nossos). Mais que isso. A troca de trabalho vivo por trabalho objetivado, isto é, o pôr do trabalho social na forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da 'relação de valor' e da produção baseada no valor. (...) O 'roubo de tempo de trabalho alheio, sobre o qual a riqueza atual se baseia', aparece como fundamento miserável em comparação com esse novo fundamento desenvolvido, criado por meio da própria grande indústria. Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. (...) *Com isso, desmorona a produção baseada no valor de troca, e o próprio processo de produção material imediato é despido da forma da precariedade e contradição.* (...) O próprio capital é a contradição em processo, pelo fato de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza. (Karl Marx, 2011, p. 587-589 – grifos nossos).



Em seu desenvolvimento histórico, os processos de concentração e centralização do capital, e suas correspondentes tendências à monopolização, agravam as crises. Com efeito, a crise de 1873, engendrada por um capitalismo já plenamente constituído, que se espalhava desde a Inglaterra, foi mais grave e mais geral que as crises precedentes. Tratava-se mais de uma depressão dos preços e das taxas de lucros que propriamente de uma estagnação da produção.¹³ De todo o modo, a saída expansiva que permitiu sua superação envolveu, não propriamente a extensão da mesma estrutura técnica a partir de suas velhas bases, mas sua revolução, nos campos da energia elétrica, da siderurgia, da química, do petróleo, do motor a combustão interna. O crescimento das escalas de produção subjacentes à nova técnica exigia uma potencialização dos processos de concentração e centralização e, pois, o desenvolvimento das formas financeiras do capital – do capital bancário e do capital financeiro propriamente dito –, tudo isso organizado sob uma nova estruturação dos mercados, progressivamente monopolizados, e novas relações entre o capital e o Estado. Embora não tivesse visto seu desfecho, Marx pôde captar as tendências concernentes à contradição basilar entre a socialização da produção e o caráter privado da propriedade. No entanto, um ponto não plenamente contemplado na obra de Marx – a não ser nas sugestões genéricas em torno das forças contra-arrestantes da queda da taxa de lucro –, e que seria examinado exaustivamente, sob diferentes ângulos, pela cultura marxista posterior foram os poderosos mecanismos de superação das contradições e, pois, da crise por meio da expansão dos mercados e da exportação de capitais, em sua forma imperialista.¹⁴

Nessa nova quadra histórica, a monopolização do capital viria comprometer definitivamente os eventuais mecanismos corretivos próprios de um regime de livre concorrência – o ressurgimento do protecionismo foi seu índice primeiro. O poder das estruturas oligopólicas sobre os mercados, sobre os preços e quantidades, lhes permitia atravessar conjunturas de crise sem necessariamente digerir a superprodução de capital. A forma financeira desse capital, ademais, lhes colocava à disposição um conjunto de “maquinações” em que a valorização do capital sob formas fictícias se autonomizava de sua base material – tal como Marx (1988) houvera esboçado no exame de seus estágios ainda embrionários, no Livro III. O capitalismo monopolista tenderá, portanto, a

¹³ Eric Hobsbawm (1988b).

¹⁴ Ver: Vladimir Lênin (1979), Rosa Luxemburgo (1985), Rudolf Hilferding, (1985), Nikolai Bukharin (1984).



potencializar as crises do capital: “(...) o monopólio que se cria em *certos* ramos da indústria aumenta e agrava o caos próprio de *todo* o sistema (...). E as crises – as crises de toda a espécie, sobretudo as crises econômicas, mas não só estas – aumentam por sua vez em proporções enormes a tendência para a concentração e para o monopólio.” (LÊNIN, 1979, p. 596). Não por outra razão, a crise que marca o período entre as guerras se afigura como mais violenta que o episódio precedente de 1873. Durante todo o período, a produção cresceu em média 0,8% e a produção industrial caiu a menos da metade do quartel precedente; o comércio mundial estancou. Seu epicentro, 1929, marca um declínio em todos os níveis: o comércio mundial caiu 60% e os fluxos de capitais 90%. O desemprego na Europa ultrapassava cifras de 20% ou 30%, superando os 40% na Alemanha, às vésperas do nazismo¹⁵.

Porquanto a guerra, mais que as políticas reformistas de sustentação da demanda efetiva, tivesse destruído violentamente a superprodução, o capital pôde encontrar, no período subsequente, uma nova saída expansiva, em patamares mais elevados de concentração e centralização. No entanto, não obstante o arranjo reformista ter consolidado um caráter democrático à conjuntura expansiva naqueles espaços muito restritos das economias centrais – este caráter, produto das condições específicas de avanço da revolução socialista –, o crescimento do pós-guerra se consubstanciou, para a maior parte dos povos, num agravamento da violência constitutiva das contradições do capital – a crise latente mesmo nas conjunturas de expansão –, de que as ditaduras da América Latina são um exemplo mais próximo. O século XX foi dos mais assassinos da história: estima-se mais de 110 milhões de mortos, as guerras visando, agora, alvos civis. De 1945 ao fim do século, foram cerca de 160 conflitos, sobretudo na periferia, que somam cerca de 40 milhões de mortos, entre os quais, 30 milhões de civis, entre os quais, dois milhões de crianças. O século se encerrou com 50 conflitos armados e cerca de 40 milhões de refugiados.¹⁶ A história do século XXI, como se sabe, não é menos sanguinária. Esse quadro revela que a dinâmica contraditória por meio da qual o capital se move não se reduz a um jogo de variáveis estritamente econômicas, ao nível de relações de mercado etéreas, mas se traduz numa agudização da violência e da tirania

¹⁵ Ver: Eric Hobsbawm (1995).

¹⁶ Ver: Emir Sader (2000).



em todos os níveis, o que confere à miséria humana própria desse modo de produção, cada vez mais, uma feição de barbárie.

Com efeito, sob níveis progressivamente mais elevados de concentração e centralização do capital, num regime de monopólios e de neocolonialismo, a concorrência entre grandes blocos de capital não pode ser simplesmente mediada por um sistema de preços nos marcos de uma suposta esfera social estritamente econômica separada e regulada pelo contrato: converte-se em guerra! Weber (1968) havia proposto uma distinção entre “capitalismo antigo” e “capitalismo moderno”. O “antigo”, referido a uma realidade própria da “acumulação primitiva”, em que comércio e violência direta não se diferenciavam; o “moderno”, referido à separação entre as esferas da política e da economia, esta, referida ao mundo do contrato, despojada de toda a coerção direta. Ora, no capitalismo da concorrência entre grandes blocos monopolistas essa distinção se diluiu. A concorrência extrapolou a esfera da economia, do contrato, e se converteu em guerra por espaços à exportação de capital, fontes de matérias-primas, mercados etc. Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo monopolista potencializava a tendência à crise, também criava formas violentas para sua superação, por meio de uma elevação da concorrência, agora, ao nível da guerra, esta, também, um mecanismo de destruição da superprodução. De resto, por caminhos diferentes relacionados a uma perspectiva do subsconsumo, foi Rosa Luxemburgo (1985) quem ofereceu um tratamento específico ao militarismo, procurando demonstrar formalmente que este se tornara um campo propício para se equacionar o problema da realização. Por ora, basta observar que, sim, trata-se de um campo fértil para a expansão do capital sobre a sustentação firme do Estado, peça central para o encadeamento da concorrência entre monopólios.

Crise estrutural do capital

Posto que a crise do período entre as guerras – a própria guerra, em particular – houvesse promovido uma destruição correspondente à magnitude da superprodução que engendrara a própria crise, e os arranjos institucionais houvessem criado condições para a retomada do processo de acumulação num quadro de relativa estabilidade, de fato, o capitalismo encontrou, no pós-guerra, uma saída expansiva, uma possibilidade de deslocar para frente suas contradições. O crescimento substantivo desse período em contraste com a crise precedente revela o êxito desse tipo de resposta às contradições



que caracterizava a época dos movimentos cíclicos. Mas, pela própria natureza do processo, as mesmas contradições empurradas então para frente não tardariam a emergir novamente à superfície, agora recrudescidas. Na dinâmica das oscilações cíclicas, a crise da década de 1970 exprime uma espécie de contraface do crescimento intenso do pós-guerra. Enquanto o movimento expansivo seguisse seu curso nas décadas de 1950 e 1960, os elementos contraditórios constitutivos do processo permaneceriam obnubilados. O desenvolvimento da estrutura técnica não havia rompido os padrões de acumulação, tanto quanto o crescimento expressivo atenuava as tendências ao desemprego estrutural; a transnacionalização do capital não havia ainda destruído os sistemas econômicos nacionais – e mesmo para aqueles em formação, as sinergias com o mercado interno criavam ilusões quanto ao seu caráter supostamente construtivo –; os problemas ecológicos não estavam em pauta.

O crescimento da economia mundial, que na década de 1960 oscila entre taxas anuais de 3,8% e 6,6% - registrando somente um ano com um índice abaixo de 4% -, nas décadas seguintes oscila, no mais das vezes, entre zero e 4,5% - registrando uma cifra negativa na sequência da crise de 2008.¹⁷ No centro do capitalismo desenvolvido, com raras exceções, a média do crescimento anual não se situava, no pós-guerra, abaixo dos 5%, elevando-se acima dos 10% no caso do Japão e da Alemanha da década de 1950. Na década de 1970 são raros os anos em que se supera a taxa dos 5%, havendo períodos com taxas negativas.¹⁸ O desemprego na Europa Ocidental, que na década de 1960 registrou uma média de 1,5%, na década de 1970 era de 4,2%; na década de 1980, de 9,2%; e em princípios da década de 1990, de 11% - entre os jovens, particularmente, as cifras são maiores. A desigualdade e a miséria cresceram. Na década de 1990, o peso do PIB dos países mais pobres em relação ao produto dos países ricos caiu de 9% para 5% - em 1960, o PIB *per capita* da África subsaariana representava 14% da cifra dos países industrializados; em 1987, representava 8%.¹⁹

No entanto, a passagem à década de 1970, vista à luz de seus desdobramentos posteriores, parece demarcar um limiar mais grave que o da mera reversão cíclica. O processo de desenvolvimento do capitalismo atingiu, como resultado mesmo da própria

¹⁷ Ver dados do Banco Mundial disponível em <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>.

¹⁸ Ver Frederico Mazzuchelli (2013).

¹⁹ Eric Hobsbawm (1995).



expansão do pós-guerra, um paroxismo tal que os encadeamentos entre a crise e sua superação, os deslocamentos para frente das contradições constitutivas tendem a perder eficácia na mesma medida em que os breves espasmos de crescimento que, de resto, não são suficientes para conformar soluções consistentes, não podem ocorrer sem que se reponham imediatamente os fatores da própria crise. O jogo entre a destruição de superprodução e a posterior expansão, característico dos ciclos – que poderia bem ser descrito como um processo de “destruição criadora” – se rompe, na mesma medida em que, sob o paroxismo do capitalismo, sob uma aceleração da *tiranía capitalista do tempo* – expressão de Mészáros (2002) –, cada passo da expansão já põe imediatamente em causa seu vetor destrutivo. Tudo se passa como se a destruição criadora tivesse dado lugar a uma *criação destrutiva*. Desde logo, a alternância dos movimentos cíclicos parece ter dado lugar a uma espécie de depressão crônica, de uma superprodução permanente que não pode ser digerida. A elevação da composição orgânica com o corolário da redundância do trabalho – sob o paroxismo do capital, tirania do tempo – converte-se em desemprego crônico e esfacelamento das relações sociais básicas. A concorrência, tornada guerra, encontra seu paroxismo na centralidade do complexo militar-industrial – fonte do desenvolvimento de uma produção que visa à destruição. O desenvolvimento de forças produtivas – que, de resto, criam novas necessidades de consumo regidas pelo supérfluo e por padrões de obsolescência programada – sob o paroxismo, tirania do tempo, converte-se no desenvolvimento de forças destrutivas do substrato natural da vida. Na crise estrutural, a saída expansiva põe, imediatamente, limites que tendem a se tornar intransponíveis. Vejamos.

Como vimos, para Marx, a redundância do trabalho consistia não somente numa tendência própria da dinâmica contraditória que, no jogo entre elevações da composição orgânica e expansões horizontais das novas técnicas, permitia regular as taxas de lucro segundo as necessidades do próprio capital, no curso de seus ciclos. Ela revelava, na verdade, o limite histórico das formas sociais fundadas na mercadoria, no dinheiro e no próprio capital. O paroxismo do desenvolvimento capitalista, a tirania capitalista do tempo, converteu os movimentos cíclicos de expulsão e reabsorção da superpopulação relativa numa tendência a um desemprego tecnológico crônico, estrutural. A base das relações sociais de produção que se consubstanciava na velha fábrica fordista se esvaneceu sob novos padrões de acumulação. Mais que isso, a generalização, para o



conjunto das atividades econômicas do “intelecto geral”, examinado por Marx (2011), solapou esperanças vãs cultivadas, sobretudo, na década de 1990, de que o proletariado dispensado da indústria pudesse ser absorvido noutros setores, particularmente no setor de serviços. Ao contrário, a redundância do trabalho se impõe progressivamente por todos os poros da produção capitalista e tenderá a se agudizar a cada salto para frente que se insinue. O resultado é mais que uma devastação do mundo do trabalho, de seus relativos direitos. Trata-se mesmo de uma corrosão da sociedade salarial em que as relações sociais básicas se despedaçam. Os nexos entre a dinâmica do capitalismo e a reprodução das classes sociais fundamentais portadoras de capital e trabalho, descritos por Marx a propósito da *lei geral da acumulação*, se dissolvem continuamente, sem que as saídas expansivas possam constituir uma solução mesmo que temporária para o problema – ao contrário, agravam-no. No plano da economia política, se dissolvem os nexos entre a elevação da produtividade e a elevação das rendas do trabalho e, pois, do consumo – talvez, nesse momento, a dimensão do subconsumo ganhe traços mais dramáticos. Naturalmente, tudo isso tem consequências decisivas sobre a taxa de lucro, sobre as tendências à hipertrofia das maquinações financeiras, pelas quais o capital fictício se autonomiza em relação à produção, e comprometerá, cada vez mais, por fim, os nexos de sociabilidade fundados na mercadoria.

É certo que, historicamente, a redundância do trabalho não foi um resultado unívoco do progresso técnico. Tanto quanto os contingentes expulsos do campo entre os séculos XVIII e XX puderam encontrar ocupações nas indústrias, ou os trabalhadores expulsos da indústria puderam, no século XX, encontrar empregos no setor de serviços, também a expansão horizontal da economia reabsorvia contingentes expressivos, enquanto a tecnologia também criava novos empregos. No entanto, hoje, o nível da estrutura técnica, o ritmo de seu progresso e a extensão de sua disseminação como “intelecto geral” por todo o corpo da economia – na indústria, no campo, nos serviços etc. – colocam o problema da redundância do trabalho em termos absolutos. No pós-guerra, o progresso técnico, em grande medida baseado na estrutura da Segunda Revolução Industrial, se concentrou na engenharia mecânica, química e aeroespacial. Porquanto a elevação da produtividade fosse seguida, no centro do sistema, de uma elevação dos salários, isso significava não somente a criação e generalização do consumo de novos produtos, mas a conversão de antigos gêneros de luxo em itens do



consumo de massas.²⁰ A partir da década de 1980, o progresso técnico se reorienta na direção da tecnologia da informação. Desde logo, o computador significou a erosão de parte dos empregos de menor qualificação e a valorização daqueles que podiam se vincular à nova técnica. Nos anos 1990, o salto tecnológico da informação criou uma miríade de novo postos, embora já se observasse uma tendência de que a tecnologia fosse seguida de uma redução do peso do trabalho no conjunto da renda. A partir do século XXI, o crescimento exponencial da tecnologia da informação produziu uma verdadeira devastação do mundo do trabalho, destruindo rapidamente os empregos criados na década precedente. Os efeitos da informatização sobre, por exemplo, o setor bancário, o comércio varejista, as redes de *fast-food*, ou sobre a agropecuária, como nos casos de sistemas computadorizados de ordenha, coletas, engorda, plantio, já demonstram o caráter generalizante do “intelecto geral” – tudo é indústria! Ao mesmo tempo em que, nos dias correntes, a eclosão da inteligência (sic) artificial poderá colocar em risco também os empregos das classes médias, como os de advogados, jornalistas, e mesmo médicos e cientistas.²¹

Essa devastação está na raiz da reversão da relação entre produtividade e salários, que, no mundo desenvolvido do pós-guerra, eram mais ou menos diretamente proporcionais e, a partir da década de 1970, se tornam divergentes. Isso se reflete, desde então, na elevação das disparidades entre o peso relativo das remunerações do capital e do trabalho, o que, progressivamente, afeta também as classes médias. O declínio do emprego se consubstancia numa devastação do mundo do trabalho em estágio avançado de precarização. E tudo isso se reflete no aumento das desigualdades – os Estados Unidos, por exemplo, retrocederam aos padrões anteriores à crise de 1929.²² Mesmo no Oriente, farol do capitalismo que se projeta para o futuro, entre 1995 e 2002, a China, por exemplo, registrou um declínio de 15% em sua força de trabalho industrial, ao passo que no Sudeste Asiático, segundo relatório da OIT, o desemprego tecnológico poderá atingir três em cada cinco empregos.²³

No entanto, como Marx demonstrou, sendo resultado da elevação da composição orgânica, a redundância do trabalho tem como contrapartida o recrudescimento das

²⁰ Ver: Eric Hobsbawm (1995).

²¹ Ver: Martin Ford (2019).

²² *Idem.*

²³ Ver: OIT (2019); e J. H. Chang; P. Huynh; G. Rynhart (2016).



tendências à centralização e concentração do capital, cujas consequências básicas, como vimos, foram devidamente captadas em princípios do século XX por críticas como as de Hilferding e Lênin, que sublinhavam as mudanças qualitativas relativas ao domínio dos monopólios e, como seu corolário, as metamorfoses no sentido do predomínio da forma financeira do capital. Se, como vimos, sob o monopólio e o capital financeiro, a concorrência se transformava em violência direta – colonialismo, opressão nacional e guerra, no limite –, ao mesmo tempo, como demonstrou Rosa Luxemburgo, por caminhos diferentes, o militarismo se tornava cada vez mais um elo decisivo da acumulação capitalista. Esta foi, em parte, a história do pós-guerra em que, os trinta anos não tão gloriosos produziram uma hipertrofia do complexo militar-industrial estadunidense, com sua coleção de guerras ao redor do mundo, tudo isso coroado pela bomba atômica. No capitalismo contemporâneo, sob uma superprodução permanente e num quadro em que as forças produtivas se tornam progressivamente destrutivas, não admira que este vetor da acumulação capitalista ocupe uma posição central. Se a superprodução do século XX trazia contida em si toda violência que explodiu nas duas guerras mundiais, é possível deduzir o nível de violência que está contido na crise contemporânea, fruto da solução expansiva do período precedente, que empurrara para frente – para hoje – as mesmas contradições, agora potencializadas. No entanto, uma guerra mundial daquela magnitude, a mobilizar todo o arsenal nuclear herdado dos anos gloriosos, representaria nada menos que a liquidação da espécie humana. Nesse quadro, a violência vai sendo ministrada em doses relativamente modestas – relatividade que, evidentemente, não atenua todo o sofrimento humano que produzem –, sem que sejam suficientes para digerir toda a superprodução. Daí também uma situação de guerras localizadas e pulverizadas, sobretudo nas periferias do capitalismo, que não são mais que mecanismos de administração da crise permanente e que, de resto, consistem, elas próprias, em formas de governo de populações descartadas da acumulação capitalista.

Visto o problema desde seu epicentro, é ilustrativo voltar à história para observar que os Estados Unidos estiveram praticamente todo o tempo envolvidos em guerras. De princípios do século XIX à Segunda Guerra o dispêndio médio de seu Estado com gastos militares foi 54% do orçamento - em metade das décadas chegou a 70%. Deste ponto vista, parece imprópria a expressão “pós-guerra”, para referir-se às décadas que se seguiram a 1945. O período marcado pela consolidação da hegemonia estadunidense,



em que a política externa dos Estados Unidos se volta ao duplo objetivo de contenção da revolução socialista e de ocupação do vácuo deixado pelas descolonizações dos velhos impérios europeus, registra uma elevação sem precedentes dos gastos militares. Nas vésperas da Segunda Guerra, em 1937, o dispêndio militar somado das potências envolvidas no conflito (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha, Itália, União Soviética e Japão) era 25 dólares *per capita* – a Alemanha nazista superava as demais com cerca de 59 dólares. Mas, nas vésperas da Guerra do Vietnã, os gastos estadunidenses já chegavam, a preços deflacionados de 1937, a 102 dólares; em 1968, 132 dólares. Harry Magdoff (1979) atribuiu esse fenômeno não somente ao progresso técnico da indústria bélica e à guerra fria contra o bloco socialista, mas ao custo de se manter uma rede imperialista sem um colonialismo formal, o que envolvia a manutenção de centenas de bases por todo o mundo e a presença efetiva, em diversos países, de um contingente de mais de um milhão e meio de soldados. A ajuda militar estadunidense desde o pós-guerra foi se ampliando, atingindo um número cada vez maior de países e somando bilhões de dólares – que, canalizados, em parte, para compras junto à própria indústria armamentista estadunidense, contribuíam para robustecer o então periclitante balanço pagamentos do país hegemônico. Mais que isso, a considerar a quantidade de empregos que o complexo militar-industrial criava na década de 1960 em contraste com o nível do desemprego da época, e a considerar também seus efeitos multiplicadores, é possível sugerir que, sem esse complexo, o desemprego nos Estados Unidos do pós-guerra corresponderia ao da década de 1930, no vórtice da depressão. Daí a importância dos nexos entre militarismo e acumulação capitalista na sustentação da saída expansiva do capitalismo do... “pós-guerra”. Do mesmo modo, a expansão do militarismo, sustentada por uma demanda estatal, foi fundamental para promover setores produtores de meios de produção e de pesquisa e desenvolvimento.

As transformações das décadas de 1980 e 1990 levaram a um entrelaçamento estreito entre o complexo militar-industrial e a alta finança, em que fundos financeiros passam a controlar, mais que em outros setores, as empresas. Ao mesmo tempo, ocorreu um processo vigoroso de centralização de capital, por meio de fusões e aquisições que constituíram grupos gigantesco. O lastro desses negócios viria se consolidar com o 11 de setembro, com a formulação da nova doutrina de segurança dos Estados Unidos, que



ampliou o arco do que se considerava segurança nacional e seu espaço vital, admitindo mesmo a guerra preventiva. Na esteira das guerras contra o Afeganistão e o Iraque, vão se soldando laços entre uma política de guerras permanentes e sem limites e o sistema financeiro.²⁴ No entanto, o quadro se tornará mais grave. A política de guerra sem fim de um império que se pretendia hegemônico se chocará, mais cedo ou mais tarde, contra deslocamentos estruturais. Ao contrário da miragem perseguida por Kautsky de uma tendência à dominância de um monopólio grande o suficiente para congregar em si todo o capital e diluir os conflitos nacionais, o capitalismo contemporâneo atesta a resposta de Lênin, segundo a qual, à parte a coerência lógica de um raciocínio meramente formal, as desigualdades permanentes no desenvolvimento capitalista iriam provocar choques incontornáveis no centro do sistema. Se o fim da guerra fria não trouxe a paz, mas a política de guerra sem fim do império, da qual fazia parte não somente a manutenção mas a expansão da OTAN, mesmo sobre os escombros da União Soviética, resta saber se, diante dos conflitos atuais que envolvem diretamente a Rússia, a Europa Ocidental, os Estados Unidos e, indiretamente, a China, os limites dos conflitos de baixa intensidade serão transpostos e se a guerra de fato arrebentará numa catástrofe nuclear.

De resto, por fim, paira sobre o planeta o espectro do colapso ecológico.

O problema da elevação da composição orgânica não se esgota na relação entre capital e trabalho e na tendência à concentração e centralização do capital. Com efeito, Marx demonstrou nos *Grundrisse* que “o desenvolvimento do meio de trabalho em maquinaria não é casual para o capital, mas é a reconfiguração do meio de trabalho tradicionalmente herdado em uma forma adequada ao capital” (Karl Marx, 2011, p. 582). Vale dizer que, se ao nível mais abstrato de um exame do capital em geral, posta a cisão entre valor de uso e valor, o capital constante, ou capital fixo, em particular – seu valor de uso – funcionava como mero suporte material do valor, no exame do desenvolvimento dos meios de trabalho, é sua existência como valor, sua forma, que termina por determinar sua qualidade de valor de uso. A ferramenta se torna maquinaria – e maquinaria é o sistema de máquinas tomado em seu conjunto – porque este é o conteúdo material adequado aos desígnios do capital. Portanto, desde logo, o desenvolvimento das forças produtivas não é neutro, não se constitui como um vetor em direção unívoca, a exprimir, por si, diferentes estágios do domínio dos seres humanos

²⁴ Luc Mampaey; Claude Serfati (2005).



sobre a natureza. Ao contrário, este desenvolvimento, a partir da constituição do modo de produção capitalista, será determinado segundo o próprio capital.²⁵ Noutros termos, tanto quanto o valor nega o valor de uso – sem deixar de absorvê-lo porquanto crie novas mercadorias e meios de produção –, tanto quanto a produção capitalista nega as necessidades humanas – sem deixar de moldá-las, na criação fetichista de novos padrões de consumo, novas necessidades, enfim, novas subjetividades –, assim também o capital nega a natureza como substrato da vida humana para torná-la objeto de sua exploração: esta, tão predatória quanto forem as necessidades do próprio capital. Daí porque, a nosso juízo, nos quadros do paroxismo do desenvolvimento capitalista, da tirania do tempo, não é possível separar em absoluto, o desenvolvimento das formas do capital, suas metamorfoses, de seu metabolismo, de seu intercâmbio determinado com a natureza.²⁶

Em cálculos recentes, mais da metade das florestas do planeta já foi destruída, degradada ou fragmentada, restando preservadas somente 15%. Desde a Revolução Industrial, foi desmatada uma quantidade maior do que em toda a história pregressa, sendo $\frac{1}{4}$ de todo o desmatamento ocorrido da década de 1980 para cá. O crescimento exponencial da extração de madeira, das atividades de agropecuária, mineração, construção de cidades, de estradas, de hidrelétricas, bem como incêndios, respondem por essa tendência que se recrudescer e que compromete gravemente os solos, o regime das águas, o equilíbrio atmosférico e o clima, além da vida de mais de um bilhão de pessoas que dependem das florestas, entre as quais comunidades indígenas inteiras. O declínio e degradação dos recursos hídricos atingem contingentes crescentes. Cerca de 80% da população já vive sob a ameaça de algum nível de insegurança hídrica e, projeta-se, que, num futuro próximo, mais de 20% sofrerá de escassez absoluta de água. Estudos da FAO permitem prever que a degradação dos solos e a desertificação levarão, em meados deste século, à perda de $\frac{1}{4}$ da terra cultivável em comparação com o século XX, o que trará, naturalmente, consequências quanto à segurança alimentar. Ao mesmo tempo, os excessos do capitalismo também tomam a forma de quantidades imensuráveis

²⁵ Isso não significa, a nosso juízo, que, em certa medida, uma forma societária posterior não possa se assentar, em parte, sobre essas forças produtivas herdadas do modo de produção capitalista. Somente que estas poderão ser postas em função das necessidades humanas e de seu tempo livre e não da acumulação como fim em si.

²⁶ Sobre o capitalismo como uma forma social intrinsecamente predatória e como isso se relaciona com uma visão fetichista do progresso técnico, ver: Eduardo Mariutti (2020).



de lixo, posto que a Revolução Industrial criou, pela primeira vez, os resíduos que não se reintegram ao metabolismo natural. Durante o século XX, o crescimento dos resíduos sólidos urbanos correspondeu a uma taxa maior que o dobro daquela do crescimento populacional e, no período recente, tem crescido a uma taxa de 8% ao ano. O exemplo do plástico, ícone do modo de vida moderno, fala por si: cerca de 85% não é reciclado. Digno de nota é o lixo plástico nos oceanos; no Pacífico Norte, as correntes marinhas fazem concentrar uma quantidade de lixo cujas dimensões, nas estimativas mais baixas, correspondem a uma área superior a da França (podendo superar a área correspondente aos Estados Unidos). Tudo isso, para não falar dos efeitos dos pesticidas, que começam a comprometer as safras, em toda a sorte de poluentes orgânicos, de lixo eletrônico etc.²⁷

A poluição causada por combustíveis fósseis, por sua vez, se espalha, sobretudo, nos oceanos, entre vazamentos de navios, sabotagens, guerras, além, naturalmente, de seus efeitos na atmosfera. A demanda por petróleo segue seu curso exponencial, tendo crescido entre 1995 e 2015 em torno de 34%. A crescente emissão de gases decorrentes da queima de combustíveis fósseis tem produzido mudanças na composição química atmosférica, perturbando o equilíbrio termodinâmico, com efeitos sobre os oceanos e os ecossistemas terrestres em geral. As três décadas entre 1980 e 2013 registraram elevações sucessivas de temperaturas que representam, cada qual, recordes em comparação com qualquer outra década desde 1850; pelo menos 15 dos 16 anos mais quentes de que se tem registro ocorreram depois de 2001. Desde o final do século XIX, a temperatura média se elevou em torno de 1°C; mas o século XXI já registrou elevações de temperaturas em relação à média do século XX que chegaram ao limiar de 0,9° C. Prognósticos preveem, para 2100, nas estimativas mais baixas, uma elevação nas taxas médias de temperatura superior a 2° C – as estimativas mais altas chegam a propor 6° C. Os efeitos sobre a elevação do nível do mar, o crescimento do número de eventos meteorológicos extremos e mesmo a catástrofe de inundações de usinas nucleares, estas sempre localizadas, para fins de resfriamento, nas cercanias de mares ou cursos de água, estão no horizonte. Enfim, esse conjunto de mudanças já torna sensível o colapso de parte da biodiversidade terrestre e marinha, a extinção de uma quantidade substancial de espécies. Um estudo de 2014 da União Internacional para a Conservação da Natureza revela que 30% das espécies estão ameaçadas de extinção: em média, por exemplo, 43%

²⁷ Ver: Luiz Marques (2016).



das plantas cicadófitas, 41% dos anfíbios, 34% das coníferas, 31% dos cactos, 31% dos tubarões e raias, 31% dos caranguejos de água doce, 26% dos mamíferos e 13% das aves. Embora a curva da extinção caminhe em paralelo com o crescimento demográfico, não se trata, evidentemente, de uma destruição na qual os humanos prevalecerão sobre as outras espécies. Trata-se de um processo de degradação da biodiversidade por obra de nossas mãos que nos coloca, ao mesmo tempo, a nós mesmos, à sombra de nosso próprio desaparecimento²⁸.

Considerações Finais

À crise estrutural ao nível das relações de produção e das forças produtivas corresponde uma crise ao nível das superestruturas. De uma parte porque, o processo de dissolução dos mecanismos que cimentam a reprodução das relações sociais básicas por meio da mercadoria, do dinheiro e do capital – a crise da sociedade salarial, enfim – cria o vácuo em que emergem formas bárbaras de sociabilidade. Estas não são mais excrescências à luz de velhos valores da democracia burguesa – ou a especificidade da contraparte periférica do capitalismo –, mas, sim, a nova norma em que se vive, ou se sobrevive. Isso põe em xeque a legitimação do poder do Estado²⁹. Suas funções garantidoras das condições de reprodução do capital, de manutenção da propriedade privada em última instância, se combinavam com certas funções corretivas, de modo a estabelecer contrapesos aos conflitos constitutivos de uma estrutura social hierárquica fundada na dominação e na exploração. Mas, no momento em que a própria base da sociabilidade se degrada na crise da sociedade salarial, a legitimidade desse Estado entra em processo de progressiva corrosão. Ao mesmo tempo, os avanços da transnacionalização do capital que fraturam os velhos sistemas econômicos nacionais terminam por corroer a eficácia das políticas reformadoras – dos controles sobre taxas de câmbio, taxas de juros, da administração da demanda efetiva, por exemplo³⁰. Os níveis tendentes ao absurdo das dívidas públicas são indícios dessa falência do Estado. A reforma do sistema no pós-guerra pressupunha um padrão de acumulação fordista, com efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego; sistemas econômicos relativamente referidos aos respectivos espaços nacionais, que permitiam a

²⁸ *Idem.*

²⁹ Ver: István Mészáros (2015).

³⁰ Ver: Eric Hobsbawm (2007); e Celso Furtado (1987).



administração, pelo Estado, da demanda efetiva; um conjunto de instituições reguladoras da economia internacional, que preservavam as economias nacionais, tudo isso soldado por um arranjo de classes baseado na existência de uma classe operária que tinha em seu horizonte as revoluções russa e chinesa. O padrão fordista foi destruído e deu lugar ao desemprego estrutural; os sistemas econômicos nacionais se diluíram na transnacionalização de conglomerados produtivos e financeiros que encarnam um poder financeiro maior que o dos próprios bancos centrais nacionais; a regulação internacional se dissolveu já nos estertores do socialismo real. De resto, um crescimento econômico elevado sob os padrões técnicos e culturais vigentes hoje conduzirá o planeta ao colapso ambiental. A ressurreição de uma reforma keynesiana que não traspasse os limites do capital parece estar fora do horizonte.

Nesse quadro, o Estado se converte, progressivamente, numa força policial de contenção e gestão dos efeitos destrutivos da crise permanente. Sua feição fascista contemporânea parece, portanto, ser a forma correspondente a esse conteúdo³¹.

Como vimos, todo o excesso, toda a superprodução que, enfim, se volta contra as necessidades humanas para se consumir no agigantamento de forças destrutivas – devastadoras do mundo do trabalho, do seu próprio substrato humano e natural –; toda essa plethora do capital não é mais que o trabalho tornado redundante. É trabalho tornado desnecessário pelo desenvolvimento das forças produtivas levadas ao paroxismo, mas que, preso às engrenagens do mundo da mercadoria, do dinheiro e do capital, converte-se permanentemente em trabalho excedente para a criação de mais-valia. E é essa contradição básica, que começa a produzir, no limite, forças destrutivas de devastação da sociedade e da natureza. O paroxismo do desenvolvimento capitalista, de que a crise do Estado é um dos elementos constitutivos, põe em xeque, não somente, o velho reformismo, mas também as alternativas representadas pelo velho socialismo real. Estas não realizaram, no século XX, as promessas da emancipação humana, embora tivessem logrado realizar um desenvolvimento, àquela altura, recuperador. Mas essas formas, que tanto quanto às capitalistas, preconizaram um desenvolvimento das forças produtivas como fim em si – que produziam também um arsenal destrutivo que

³¹ Para um exame mais balizado desse tema à luz das experiências da América Latina e, particularmente, do caso paradigmático brasileiro, ver: Fabio Luís Barbosa dos Santos e Daniel Feldmann (2022).



rivalizava com o ocidental –, sob o peso da coerção sobre o trabalho hierarquicamente organizado, não respondem mais às necessidades contemporâneas³².

O desemprego tecnológico que joga milhares pessoas à deriva é tempo livre em potencial; toda a produção de supérfluos regida pela obsolescência programada, que não são outra coisa que puro narcótico, é tempo livre em potencial; todo o arsenal bélico a matar, permanentemente, seres humanos, e que é capaz de destruir várias vezes o planeta, é tempo livre em potencial; toda a natureza destruída é tempo livre em potencial. O avesso da crise estrutural é a possibilidade da emancipação humana. Trata-se, pois, de se descortinar uma nova forma social que tenha no centro de sua estruturação a produção com vistas às necessidades humanas e a conversão do trabalho excedente desnecessário em tempo livre da tirania do capital e da produção de mais-valia. Uma nova sociedade baseada na filosofia comunista, em que o trabalho não seja a escravidão com vistas à subsistência, mas que esta esteja garantida, para que o trabalho livre se converta em realização das potencialidades criativas humanas. Em que o ser humano se reconcilie, de um modo não alienado, com os processos de produção, com seus meios, com seus frutos, uma vez reconciliados os próprios seres humanos entre si, n'alguma forma, ainda não imaginada, de existência comunal³³.

Bibliografia

BANCO MUNDIAL: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>.
BUKHARIN, Nikolai. *El imperialismo y la acumulación del capital*. Trad. Horacio Cifardini. Buenos Aires: Tiempo Contemporaneo, 1974.

³² Ver: István Mészáros (2015).

³³ Ver: Karl Marx (2010). Por um lado, portanto, ele [o capital] traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. (...) Desse modo, e a despeito dele mesmo, ele é instrumento na criação dos meios para o tempo social disponível, na redução do tempo de trabalho de toda a sociedade a um mínimo decrescente e, com isso, na transformação do tempo de todos em tempo livre para seu próprio desenvolvimento. Todavia, sua tendência é sempre, por um lado, de *criar tempo disponível*, por outro lado, de *convertê-lo em trabalho excedente*. *Quando tem muito êxito, o capital sofre de superprodução e, então, o trabalho necessário é interrompido porque não há trabalho excedente para ser valorizado pelo capital*. Quanto mais se desenvolve essa contradição, tanto mais se evidencia que o crescimento das forças produtivas não pode ser confinado à apropriação do trabalho excedente alheio, mas que *a própria massa de trabalhadores tem de se apropriar do seu trabalho excedente*. Tendo-o feito – e com isso *o tempo disponível deixa de ter uma existência contraditória* –, então, por um lado, *o tempo necessário de trabalho terá sua medida nas necessidades do indivíduo social*, por outro, o desenvolvimento da força produtiva social crescerá com tanta rapidez que, embora a produção seja agora calculada com base na riqueza de todos, *cresce o tempo disponível de todos*. (Karl Marx, 2011, p. 589-591).



- BUKHARIN, Nikolai. *A economia mundial e o imperialismo*. Trad. Raul de Carvalho. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- CHANG, J. H.; HUYNH, P.; RYNHART G.: “ASEAN in transformation”, Working Paper no. 14. International Labour Organization: 07/2016. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---act_emp/documents/publication/wcms_579560.pdf. Acesso em 30 de Março de 2023.
- DOBB, Maurice. *Economia política e capitalismo*. Ensaio sobre a tradição econômica. Trad. Hildete de Araújo. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- FORD, Martin. *Os robôs e o futuro do emprego*. Trad. Claudia Duarte. Rio de Janeiro, Best Business, 2019.
- FURTADO, Celso. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Trad. Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HOBBSAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. 4ª. ed. Trad. Luciano Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (a).
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. 5ª. ed. Trad. Sieni Campos; Yolanda de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 (b).
- HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. 9ª. ed. Trad. Maria Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOBBSAWM, Eric. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2ª. ed. Trad. Mário da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch: “O imperialismo, fase superior do capitalismo. Ensaio popular”. In: Vladimir Ilitch Lênin. *Obras escolhidas*. Vol. I. (3 vols.). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª. ed. Trad. Marijane Lisboa e Otto Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Harry. *Imperialismo: da era colonial ao presente*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- MAMPAEY, Luc; SERFATI, Claude: “Os grupos armamentistas e os mercados financeiros: rumo a um compromisso guerra sem limites?”. In: François Chesnais (org.). *A finança mundializada*. Trad. Rosa Marques; Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARIUTTI, Eduardo Barros: “Dinheiro, técnica, máquinas e acumulação de capital: a ‘revolução industrial’ como intensificação da predação capitalista sobre o homem e a natureza”. In *Textos para Discussão*, IE-UNICAMP, 02/2020. Disponível em <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD374.pdf>. Acesso em 30 de Março de 2023.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 2ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- MARX, Karl. *O capital*. Crítica da economia política. (5 vols.). 3ª. Ed. Trad. Regis Barbosa, Flavio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer; Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

- MAZZUCHELLI, Frederico. *A contradição em processo*. O capitalismo e suas crises. 2ª. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 2004.
- MAZZUCHELLI, Frederico. *Os dias de sol*. A trajetória do capitalismo no pós-guerra. Campinas: Facamp, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Trad. Paulo Castanheira; Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *A montanha que devemos conquistar*. Reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.
- OIT: “O futuro do trabalho”. Série Notas Temáticas. International Labour Organization, 2019. Disponível em https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_709457.pdf. Acesso em 30 de Março de 2023.
- SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada*. O século do imperialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SANTOS, Fabio Luís Barbosa dos; FELDMANN, Daniel. *O médico e o monstro*. Uma leitura do progressismo latino-americano e seus opositos. São Paulo: Elefante, 2022.
- SWEEZY Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. 3ª. ed. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- WEBER, Max. *História geral da economia*. Trad. Calógeras Pajuaba. São Paulo: Mestre Jou, 1968.